

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO E UNIBES CULTURAL APRESENTAM

Fronteiras
EDUCAÇÃO

ANO 10 | #03 | 2019



OS REFUGIADOS E AS FRONTEIRAS: O PAPEL DO NOVO MUNDO



O lugar da HUMANIDADE

Ser humano é saber-se parte de algo maior. Ninguém nasce ou cresce sozinho: somos, por natureza, animais sociais. Isso traz muitas vantagens, como o fato de já nascermos pertencendo a uma “nação”. E significa que nunca estaremos totalmente sozinhos neste mundo, pois há muitas pessoas que se sentem unidas a nós mesmo sem nos conhecer. Mas, e quanto àqueles que não têm nação, ou são forçados a deixar a sua – os apátridas e os refugiados?

Neste fascículo, acompanharemos a trajetória de apátridas, refugiados, perseguidos políticos e vítimas das mudanças climáticas. Também veremos como a humanidade decidiu, ao longo da história, quem ficava dentro ou fora de suas fronteiras e como, em tempos recentes, as próprias ideias de “dentro” e “fora” vêm se transformando. Ao longo destas páginas, prevalecerá uma ideia central: cada um de nós vivencia o mundo a partir de culturas e costumes próprios, mas há algo superior que nos une enquanto humanidade. Em um mundo cada vez mais conectado, aprender a conviver e respeitar aqueles que são diferentes de nós é mais do que um objetivo – é um dever. Era esse o sentimento por trás da criação da Organização das Nações Unidas, a ONU, órgão que conta com a participação de todos os países do mundo. Setenta anos se passaram desde então, e a comunidade internacional obteve muitas conquistas, mas ainda há muito a ser feito. Afinal, moramos todos no mesmo planeta, e o único caminho para um convívio próspero e duradouro é a união e a cooperação entre os povos.

FRONTEIRA

O que é?

Você já ouviu falar em “fronteira” – inclusive na apresentação do evento do qual está participando agora! –, mas saberia dizer exatamente o que isso significa? Para muitos, a primeira coisa que vem à mente são as linhas que separam os países uns dos outros. Mesmo que você nunca tenha saído do Brasil, deve saber que, para fazer isso, é preciso apresentar documentos às autoridades do outro país e explicar o motivo de sua viagem em uma aduana.

De fato, postos como esse são comuns no mundo todo. Mas eles não delimitam a fronteira, e sim o *limite* entre duas unidades territoriais (no caso, dois países). Há séculos, essas divisões, representadas nos mapas através de linhas tortas, determinam o ponto exato onde um conjunto de leis, uma moeda e um idioma deixam de valer e outros entram em vigência. Dali para a frente as regras mudam, e elas podem ou não ser parecidas com aquelas que deixamos para trás. O conceito de fronteira, no entanto, é bem mais amplo que o de *limite*. O limite é algo exato, definido por lei – aquilo que vemos nos mapas e dificilmente muda. Já as fronteiras são fluidas e se encontram em constante transformação.

Embora as fronteiras estejam por todos os lados, inclusive dentro de nossas cidades, a maioria delas é invisível aos olhos.

Por isso, nem sempre é fácil percebê-las ou descrevê-las. Por exemplo: se você já entrou ou passou por perto de um estádio de futebol no dia de um jogo importante, deve ter percebido que há uma aglomeração de torcedores em torno do local antes da partida. É difícil dizer exatamente onde essa aglomeração começa e termina, mas é claro que há uma fronteira separando quem está por ali por causa do jogo e quem só está passando pela rua.

Em nenhum lugar a diferença entre limite e fronteira é tão clara como nas cidades vizinhas a outros países. Nelas, é comum que as pessoas falem bem os idiomas de ambas as nações, escutem o mesmo tipo de música e tenham hábitos parecidos. Há, portanto, um limite bem delimitado – geralmente bem no meio da estrada.

Mas a fronteira se desfaz ao longe, em um ponto que ninguém sabe indicar ao certo.

FRONTEIRA

para que serve?

Ao longo da história, os limites muitas vezes foram moldados de forma a serem compatíveis com as fronteiras. Os territórios eram delimitados para abrigar uma cultura e uma tradição específicas, diferentes daquelas de seus vizinhos. Muitos desses territórios acabavam subjugados por impérios mais abrangentes, mas isso não os impedia de manter certa homogeneidade cultural. Nesse cenário, a função principal dos limites era garantir a segurança de uma região contra a entrada ou a invasão de estrangeiros e, em muitos casos, impedir que os insatisfeitos do lado de dentro fugissem para outro lugar.

Essa concepção de fronteiras (quase como sinônimo de limite), que chegou ao seu ápice com o surgimento dos Estados-nação (países que abrigavam um único povo de mesma língua e história comum), prevaleceu durante muitos séculos, mas hoje começa a dar sinais de desgaste. A humanidade vem se deparando com desafios inéditos: o mundo nunca esteve tão interligado, e as fronteiras jamais estiveram tão espalhadas pelo mundo, desrespeitando limites e criando pontes através do uso das tecnologias de comunicação. Neste cenário, as fronteiras se tornaram uma das questões mais importantes – se não a mais importante – da geopolítica. Afinal, quem define os limites? Quem pode e quem não pode passar por elas, e quem tem o direito de escolher? Essas são algumas das questões que debateremos neste fascículo.

MIA COUTO

“Aprendemos a demarcarmo-nos do Outro e do Estranho como se fossem ameaças à nossa integridade, mesmo que ninguém saiba em que consiste essa integridade. Temos medo da mudança, medo da desordem, medo da complexidade. Precisamos de modelos para entender um universo (que é, afinal, um pluriverso ou um multiverso) e que foi construído em permanente mudança, no meio do caos e do imprevisível.”



Mia Couto (1955)

Escritor moçambicano, autor de livros como *Terra sonâmbula* e *A confissão da leoa*. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* nos anos de 2012 e 2014.

O ESTADO-NAÇÃO

A partir do século XIX, a ideia de Estado-nação foi difundida no continente europeu e, com o tempo, se tornou a principal forma de organização política no mundo todo.

O Estado-nação designa um conjunto de cidadãos organizado em torno de uma unidade que inclui fatores como língua, religião, história e traços culturais. A estruturação do Estado se dá através de um parlamento ou congresso, amparado por instituições legais e defendido por um exército. Neste sistema, cada país representaria um único povo, e todos os seus habitantes teriam diversos traços comuns.

É importante ressaltar que esse formato de governo, que pressupõe a soberania dos povos, nem sempre foi implementado de forma igualitária. Nos anos 1970, diversos países da África e da Ásia se encontravam subjugados por grandes potências europeias, que mantinham seu domínio sobre outros territórios através da influência cultural, do poder econômico e do uso da violência (fenômeno que já ocorrera na América Latina no século anterior). Muitos desses países foram criados de forma “artificial”, atendendo aos interesses dos países (os colonizadores) que mantinham domínio sobre os territórios (as colônias). Moçambique, por exemplo, não teve seus limites delineados por quem morava lá, mas pela vontade dos portugueses e por seus acordos com outras potências europeias que controlavam os países vizinhos.

Com essa ressalva, podemos apontar que, hoje em dia, o mapa-múndi se configura a partir dos Estados-nação. Isso explica por que nos sentimos muito mais próximos de um brasileiro ou brasileira que não conhecemos do que de alguém nascido na Índia ou na Mongólia, por exemplo. A partir de nossa vivência, presumimos que todos os brasileiros têm algum nível de experiência compartilhada: todos falam o português local, todos conhecem nossa cultura, todos já comeram arroz e feijão em algum momento de sua vida — e, provavelmente, diversas vezes nesta semana — e são afetados pelas mesmas notícias que nós.

Em resumo, vivemos e construímos uma mesma história, e é isso que faz de nós uma nação.

IDENTIDADES FLUIDAS

O ESTADO-NAÇÃO SEMPRE SE AMPAROU NO SENTIMENTO DE NACIONALISMO,

que está ligado aos aspectos citados na página anterior, mas também com um conjunto de símbolos e convicções que, em teoria, determinam nossa identidade. Ao longo da história, esse sentimento foi muitas vezes manipulado por projetos com boas ou más intenções, fosse para mobilizar a população em prol de todos ou para prejudicar aqueles que não se adequassem a padrões impostos.

No entanto, o sentimento de nacionalismo vem passando por grandes transformações. Com o avanço de tecnologias de transporte e comunicação, as identidades nacionais se tornaram menos rígidas. Isso não é bom ou ruim em si: na verdade, ao disporem de mais informações, as pessoas têm um nível maior de escolha sobre a construção de sua identidade.

Para entender isso, pense como sua vida seria se você tivesse nascido no mesmo lugar cem anos antes. Você só teria acesso ao tipo de música tocado pelos músicos de sua cidade (as gravações ainda engatinhavam). Filmes e TV para ver coisas diferentes, nem pensar. As chances de conhecer os hábitos de outro país seriam ínfimas. Todos ao seu redor teriam acesso aos mesmos bens culturais, à mesma religião, à mesma forma de falar e se vestir, e você seria muito parecido com eles. Hoje, por outro lado, a depender de suas opções estéticas e preferências, você talvez se sinta mais parecido com um alemão que conheceu na internet do que com seu vizinho de porta. Isso sem falar no número cada vez maior de imigrantes que trocam seu país de origem por outros — assunto que debatemos a fundo nas próximas páginas.

SENDO ASSIM, POR QUE, NA MAIOR PARTE DO TEMPO, AINDA NOS SENTIMOS PRÓXIMOS DE OUTROS BRASILEIROS?

Talvez porque a cultura ainda influencia em grande parte quem somos e como somos. Ainda compartilhamos de um conjunto de ideias e valores, e o mais interessante é que pessoas vindas de outros lugares também podem aderir e se adaptar a eles. Assim, nos dias de hoje, pertencer a uma nacionalidade está mais atrelado à vivência e às escolhas de nosso dia a dia do que a um determinismo imposto pelo lugar onde nascemos.



DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são um dos assuntos mais debatidos no mundo, embora nem sempre de forma positiva: há muita disseminação de mentiras e equívocos a respeito deles. Muitas pessoas se sentem à vontade para criticá-los ou difamá-los sem nem sequer conhecer sua definição e sua importância, pois, se conhecessem, é improvável que assumissem essa postura.

Em resumo, os direitos humanos são um conjunto de direitos e liberdades fundamentais que valem para todas as pessoas em todos os lugares, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outro aspecto. Seu objetivo é garantir condições mínimas para que todos os habitantes da Terra levem uma vida plena e segura, gozando de liberdade e respeito. Essas normas básicas levaram séculos para serem consolidadas a nível internacional, tendo esbarrado diversas vezes em crises, guerras e tragédias.

Foi somente após os horrores da Segunda Guerra Mundial e do **holocausto** que a comunidade internacional compreendeu a urgência da elaboração de uma Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento foi assinado em 10 de dezembro de 1948 na Assembleia Geral das Nações Unidas, formada por representantes de todas as nações ligadas à Organização das Nações Unidas (isto é, praticamente todos os países do mundo). Esta declaração é composta de 30 itens, que contemplam desde o simples direito à vida até o direito à educação e ao acesso à saúde.

COMO O PRÓPRIO NOME DIZ, OS DIREITOS SÃO HUMANOS – OU SEJA, NÃO PODEM SER NEGADOS A NINGUÉM. Em casos excepcionais, contudo, eles podem ser restringidos. Por exemplo: pessoas que cometem crimes têm seu direito de ir e vir e de participação política suspensos. Por outro lado, isso não significa que elas possam ser submetidas a agressões, torturas ou condições degradantes. A má compreensão desse aspecto leva pessoas mal informadas a dizerem que “direitos humanos só valem para bandido” – uma imensa falácia.

#HOLOCAUSTO

Assassinato de cerca de 6 milhões de judeus de forma sistemática perpetrado pelo regime nazista, liderado por Adolf Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial.

A IMPORTÂNCIA de direitos mínimos

Os direitos humanos não são simples leis que constam de um documento, mas **diretrizes que devem guiar todas as decisões tomadas por políticos e cidadãos no mundo todo e que, saibamos ou não, têm grande influência sobre nossa vivência diária. Desde o instante em que acordamos até o fim do dia, somos protegidos por essas garantias em diversos momentos. Vejamos alguns exemplos: quando decidimos ir a um parque em nossos momentos de folga, estamos exercendo nosso direito de ir e vir. Quando reclamamos de algo feito pelo governo, trata-se de um exercício da livre expressão. Até mesmo a proibição de agressões e assassinatos, existente em todos os cantos do mundo, é um reflexo do direito à vida.**

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Esse, por sinal, é um aspecto curioso dos direitos humanos: quando são respeitados (isso é, na maioria do tempo), eles passam despercebidos. Se vamos ao colégio, nem sempre pensamos na importância do direito à educação, que só ganha atenção do público quando faltam vagas ou um grupo é impedido de ter aulas. No entanto, os direitos humanos importam o tempo todo! Por isso, é uma boa ideia estudar melhor a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que está disponível no site da ONU. Assim, podemos ir além do senso comum e debater sua relevância com propriedade.

Confira em: www.nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/
Fonte: site da Anistia Internacional.



Denis Mukwege (1955)

Médico congolês especializado no atendimento a mulheres vítimas de violência, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 2018. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* nos anos de 2010 e 2019.

Denis Mukwege

“De fato, poucos dos nossos países reconhecem a dignidade inerente a cada pessoa, sem qualquer discriminação. [...] É verdade que os direitos humanos são um direito universal; entretanto, a natureza humana se opõe a eles constantemente. O respeito aos direitos humanos, portanto, seria proporcional ao nível de democracia de um país. Se um país tem valores democráticos, ele será mais sensível e mais respeitoso com os direitos humanos.”

BARREIRAS E TEICOPOLÍTICAS

As fronteiras são, muitas vezes, retratadas e imaginadas através de mecanismos de controle como aduanas e postos de imigração.

Esses locais se configuram como símbolos de uma restrição de deslocamentos: neles, todos os viajantes têm a obrigação de se identificar e explicar o que motiva o seu deslocamento de um lugar para o outro. Claro, sempre há o risco de que sua entrada em um novo território seja negada, mas esses postos de controle têm uma face humana, em que os viajantes podem contar suas histórias a outra pessoa, justificar-se e, em casos extremos, até pedir refúgio e asilo.

Desde os anos 2000, contudo, essa realidade vem mudando.

Cada vez mais, o que vemos ao redor do mundo não são essas barreiras administrativas, e sim barreiras bem mais concretas: muros de cimento, cercas de arame farpado e fios elétricos de alta tensão, construídos com o objetivo de manter do lado de fora os viajantes e os imigrantes indesejados.

Não há necessariamente algo de novo aí. Na verdade (como veremos nas páginas 12 e 13), os muros e as barreiras fazem parte da história humana há milhares de anos. A questão é que, algumas décadas atrás, a maioria das pessoas acreditava que a globalização resultaria no desaparecimento das fronteiras. Em um mundo de tecnologias de comunicação avançadas e com um nível antes impensável de trocas

culturais, acreditava-se que o livre trânsito entre os países marcaria os dias de hoje. Como sabemos, não foi isso que aconteceu.

Os estudiosos têm um nome para essa nova tendência de construção de muros, sejam eles concretos ou simbólicos: *teicopolíticas*. O termo se refere às políticas de contenção humana que, justamente, têm como base a construção de muros e barreiras. Por um lado, há muitos que consideram as teicopolíticas uma ferramenta imprescindível para garantir a segurança interna dos países. Por outro, é inegável que elas também causam muitos problemas ao barrarem pessoas que chegam às fronteiras sem qualquer outra opção, fugindo de locais onde há guerras, fome ou epidemias, por exemplo.

DO LADO DE DENTRO DO MURO

MAS, AFINAL, POR QUE A PREOCUPAÇÃO COM O CONTROLE IMIGRATÓRIO VEM CRESCENDO?

Há muitas explicações, e elas são bastante complexas. Aqui, vamos nos ater a algumas das principais: segurança, identidade, estabilidade e relações políticas.

A preocupação com **segurança** nasce da ideia bastante arraigada de que o “outro”, aquele que é diferente de nós, representa um risco em potencial. Essa visão, bastante comum ao longo de toda a história, está relacionada à noção de identidade: se, por um lado, nos sentimos à vontade junto daqueles que compartilham de nossos valores e de nossa visão de mundo, pessoas com origens distintas tendem a ser mais imprevisíveis, e isso gera desconfiança – muitas vezes infundada e provocada apenas pela ignorância. Também existe o receio, sobretudo nos países mais ricos, de que os países possam perder sua “cara” e que sua cultura se modifique devido ao fluxo de imigrantes.

A questão da **estabilidade** está ligada à capacidade de um país de absorver novos habitantes. Todos os lugares têm um número limitado de vagas em escolas, leitos em hospitais, comida disponível etc. A chegada repentina de um número excessivo de pessoas, como acontece em situações de guerra, pode levar a um colapso. Assim, mesmo aquelas nações mais acolhedoras buscam mecanismos para limitar seu fluxo migratório, até mesmo para que haja tempo suficiente para adaptar os recém-chegados à sua sociedade.

Por fim, não podemos ignorar as **relações políticas**. Cada nação tem aliados e, por vezes, inimigos. Naturalmente, os primeiros terão preferência na hora de imigrar (tanto que em blocos como a União Europeia e o Mercosul o trânsito humano se dá de forma livre).

A explicação pode ser encontrada em todos os fatores que vimos antes: há menos preocupação com segurança (afinal, estamos falando de aliados), essas nações têm culturas mais ou menos semelhantes entre si e as ameaças à estabilidade são menores, justamente porque esses países atuam de forma conjunta em muitos projetos de gestão e infraestrutura.

OS MUROS DE NOSSA HISTÓRIA

O mundo passa por uma tendência recente de aumento na construção de muros e no estabelecimento de barreiras fronteiriças, sejam elas físicas (muros de fato) ou intangíveis (restrições ao trânsito de pessoas estabelecidas através de políticas e atividade policial). Isso, contudo, está longe de ser novidade – os muros sempre estiveram presentes na história humana, tanto para conter invasões como para tentar impedir o contato e o diálogo entre culturas distintas. Que tal conhecermos alguns exemplos?

MURO DE BERLIM (1961–1989)

Principal símbolo da Guerra Fria (troca de hostilidades entre os Estados Unidos e a União Soviética que marcou a segunda metade do século passado, mas jamais resultou em um confronto direto), o Muro de Berlim era uma barreira de concreto que dividia a capital da Alemanha em duas partes. Sua construção ocorreu em 1961, após o término da Segunda Guerra Mundial, em razão de um acordo entre Inglaterra, França, Estados Unidos e a hoje extinta União Soviética. Uma das metades ficou sob controle da República Democrática Alemã, ou Alemanha Oriental, alinhada ao regime comunista soviético, enquanto a outra era regida pela República Federal da Alemanha, sob a esfera de influência do

capitalismo ocidental. Junto ao muro havia um posto de controle militarizado, e viajantes precisavam de autorização especial (muitas vezes negada) para passar de um lado da cidade para o outro. De certa forma, isso significava que ninguém podia passar do mundo capitalista para o mundo comunista sem o aval das autoridades. Embora tivesse somente 155km de extensão, na prática essa barreira representava a divisão do mundo em duas ideologias e dois sistemas políticos. Por isso, sua derrubada e a decorrente liberação do trânsito de pessoas a partir de 9 de novembro de 1989 também marcou o fim da polarização internacional e, por consequência, da Guerra Fria.

FEUDOS (SÉCULOS V A X)

O feudalismo foi um regime social, econômico e político que vigorou na Europa Ocidental durante grande parte da Idade Média. Seu surgimento foi motivado tanto pelas invasões de bárbaros na Europa quanto pelo fim do Império Romano. Era uma época de incertezas, e todos precisavam se proteger. Assim, surgiram os feudos – vastos terrenos pertencentes a um único proprietário (o senhor feudal), que construía nele seu castelo e “alugava” as terras ao redor para que camponeses (os servos) vivessem e trabalhassem nelas. Não raro, essas zonas eram cercadas e protegidas por milícias mantidas pelo senhor, garantindo a proteção de sua família e seus servos. Os feudos eram quase sempre autossuficientes – isso é, produziam tudo o que consumiam –, e as trocas comerciais entre eles eram muito raras. Na maioria das regiões, sequer existia uma moeda de uso comum! O feudalismo entrou em declínio após o século XI, quando o crescimento populacional e novas técnicas agrícolas permitiram um renascimento do comércio e da migração.

A MURALHA DA CHINA (220 A.C. – ATUALIDADE)

Antigamente, diversas províncias formavam a composição do atual território chinês. Isso mudou a partir de 220 a.C., quando Qin Shihuang, o primeiro imperador chinês, trabalhou para unificar a nação e ordenou que um único muro fortificasse todos esses territórios de forma interligada. Não era uma obra qualquer – tanto que sua construção se estendeu, com intervalos e interrupções, por quase dois mil anos! O resultado é uma barreira de oito metros de altura e 21.196km que interliga cerca de mil fortificações. A muralha está de pé até hoje, e é um dos mais importantes destinos turísticos do mundo. Sua grandiosidade é tamanha que ela pode ser vista até mesmo em fotos de satélite tiradas do espaço.



O desafio DE PARTIR

Um dos maiores problemas políticos a nível internacional de nossos dias – se não o principal – são os refugiados. A definição de o que é um refugiado pode parecer complexa: segundo aquela adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), deve ser considerado um refugiado toda a pessoa que se declara perseguida pelo Estado de seu país de origem devido a sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou que, vendo-se perseguida por outros grupos e instituições pelos mesmos motivos citados, não receba proteção do seu governo.

MAS PODEMOS DIZER A MESMA COISA DE FORMA BEM MAIS DIRETA: REFUGIADO É QUEM PRECISA FUGIR DE CASA PARA NÃO MORRER.

Ou seja, um refugiado nunca escolhe deixar a sua terra. Ele faz isso porque não tem opção e precisa fugir de guerras, epidemias, fome generalizada ou pessoas que desejam matá-lo por sua religião, cor de pele ou sexualidade. Muitos acabam tendo que viajar de forma precária para driblar a fiscalização de seus próprios países ou em seus locais de destino. Por isso, muitos morrem durante as viagens. Isso ocorre, em parte, porque muitos países impõem barreiras sólidas contra a chegada desse tipo de migrantes. Às vezes, isso se dá por opção, como no caso das nações que temem que a entrada de estrangeiros corrompa sua identidade de alguma forma (ver páginas 6 e 7). Em outras, os países de destino não têm escolha: muitos são nações pobres, que não dispõem de infraestrutura para absorver tanta gente. Afinal, em alguns

casos, podem se tratar de milhões de pessoas. A questão dos refugiados não é problema de alguns países específicos, mas de toda a comunidade internacional. Por isso, a ONU trabalha há muitos anos para buscar soluções e apaziguar conflitos ao redor do mundo. Também existem inúmeras organizações não governamentais (ONGs) que prestam auxílio logístico e financeiro aos países que recebem esses sobreviventes. Em situações como essa, pouco importa onde cada um de nós nasceu: estamos falando de estender a mão para pessoas que foram privadas de seus direitos mais básicos e de sua dignidade.

O desafio dos QUE CHEGAM

Em 2014, dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados apontavam a existência de 59,5 milhões de refugiados no mundo, e é bem provável que esse número tenha crescido desde então. O próprio Brasil recebe uma parcela considerável desse montante: só em 2015, foram 7,7 mil pessoas, e isso foi antes do acirramento da crise econômica e política na Venezuela.

A chegada a um novo país deveria ser comemorada pelos refugiados. Ela representa o término de uma viagem perigosa, que deixa muitos mortos pelo caminho, e a chegada a um porto seguro. Mas, na prática, não é bem assim: mesmo quando os refugiados são acolhidos, o que está longe de ser a regra (sobretudo em países do Primeiro Mundo, como a Itália), eles precisarão se adaptar a diferenças culturais, a um novo idioma e a um

lugar onde não conhecem ninguém. Além de ser muito difícil, esse processo exige anos e, como não poderia deixar de ser, torna difícil para os refugiados encontrar emprego – uma necessidade para que eles se estabeleçam no novo país e levem uma vida digna. Por fim, eles ainda precisam lidar com a xenofobia (preconceito contra estrangeiros, sobretudo aqueles de origem pobre), que vem ganhando força em muitos cantos do globo.

DICA CULTURAL: *Human Flow*, de Ai Weiwei

Ai Weiwei diz que seu papel é dar voz àqueles que não podem falar. É natural, portanto, que tenha se interessado pelo tema dos refugiados. O resultado foi o filme *Human Flow – Não Existe Lar se Não Há para Onde Ir*, que estreou em 2017. Nesse documentário, Weiwei oferece duas visões complementares sobre o assunto: uma global, mostrando a causa dos deslocamentos e as dificuldades enfrentadas pelos países que acolhem essas grandes massas populacionais, e outra individual, reunindo depoimentos de refugiados que contam suas histórias em primeira mão.



Ai Weiwei (1957)

Artista chinês que pratica o ativismo político através de sua obra desde a década de 1970. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* no ano de 2018.

Refugiados hoje

O CASO DA SÍRIA

NA IMPRENSA DO MUNDO TODO, A SÍRIA SURGE COMO A MAIOR ORIGEM DE REFUGIADOS DA ATUALIDADE.

A Síria é um país do Oriente Médio situado próximo à Europa (faz fronteira com a Turquia) e que, desde 2011, sofre com as consequências de uma sangrenta guerra civil. Os problemas começaram com a Primavera Árabe, quando cidadãos dos países da região saíram às ruas para clamar por mais democracia. No caso da Síria, os protestos foram motivados por denúncias de corrupção e repressão no governo de Bashar al-Assad. A reação do mandatário foi brutal: ele deu ordens para que o exército atirasse contra os manifestantes.

Após os primeiros massacres, a oposição também se armou para lutar contra as forças de segurança do governo. Os rebeldes acabaram assumindo o controle de cidades, vilas e regiões rurais ao redor do país. Mas o conflito sírio não tem apenas dois lados: a instabilidade deu espaço para que o grupo extremista Estado Islâmico também ocupasse territórios. Há ainda um partido formado por curdos, que busca estabelecer uma zona autônoma dentro do território sírio. Isso sem falar nos interesses externos, como aqueles da Rússia, dos EUA e da União Europeia.

A SITUAÇÃO SE TORNOU TÃO COMPLEXA QUE, HOJE, É DIFÍCIL SABER QUEM ESTÁ VENCENDO A GUERRA.

Mas sabemos quem está perdendo: a população civil, que, mesmo não tomando parte na luta armada, sofre com as penúrias do conflito. Os cidadãos sírios correm o risco de sofrer com espancamentos, execuções, violência sexual ou mutilações. Além disso, o conflito devastou o país a tal ponto que faltam recursos básicos como água e alimentos. Por isso, muitas pessoas acabam tendo que migrar para países do norte da África ou do sul da Europa na condição de refugiados.

Eles nem sempre são bem recebidos por seus vizinhos ricos. Aqueles que sobrevivem à dura travessia do Mediterrâneo (ver mapa na página ao lado) correm o risco de ter sua entrada negada. Há casos recentes de muitos barcos que foram impedidos pelos governos locais até mesmo de atracar nos portos europeus — algo que vem ocorrendo muito na Itália.

Mapa: a rota dos REFUGIADOS SÍRIOS

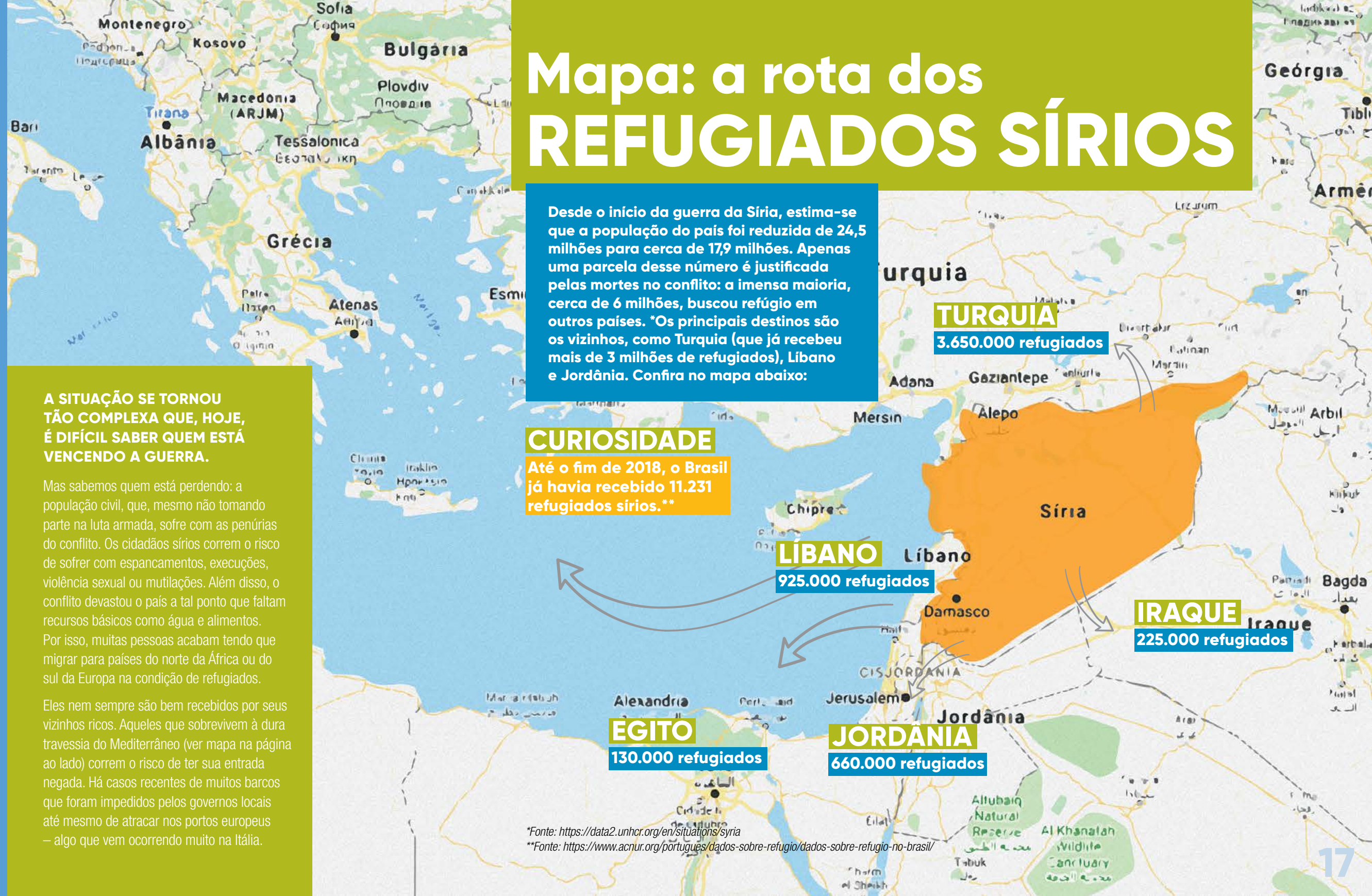
Desde o início da guerra da Síria, estima-se que a população do país foi reduzida de 24,5 milhões para cerca de 17,9 milhões. Apenas uma parcela desse número é justificada pelas mortes no conflito: a imensa maioria, cerca de 6 milhões, buscou refúgio em outros países. *Os principais destinos são os vizinhos, como Turquia (que já recebeu mais de 3 milhões de refugiados), Líbano e Jordânia. Confira no mapa abaixo:

CURIOSIDADE

Até o fim de 2018, o Brasil já havia recebido 11.231 refugiados sírios.**

*Fonte: <https://data2.unhcr.org/en/situations/syria>

**Fonte: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>



Refugiados hoje

O CASO DA VENEZUELA

NA MAIOR PARTE DO TEMPO, OUVIMOS SOBRE REFUGIADOS ATRAVÉS DE NOTICIÁRIOS NA TV OU DE MATÉRIAS NA IMPRENSA.

Isso pode causar a impressão de que estamos falando de um problema distante quando, na verdade, o próprio Brasil recebe milhares dessas pessoas todos os anos. E nem todas vêm de longe – muitas são oriundas de um país vizinho, a Venezuela. Desde 2013, o país caribenho se encontra imerso em um mar de problemas. O embate político entre o regime de Nicolás Maduro e a oposição, que divulga internacionalmente os abusos cometidos pelo regime, provocou uma crise econômica e humanitária que ainda parece longe de chegar ao fim.

A origem remonta ao regime do ex-presidente Hugo Chávez, falecido em 2013. Seu legado divide opiniões. Por um lado, ele promoveu uma ampla distribuição de renda no país e tirou milhões de pessoas da pobreza. Por outro, contribuiu amplamente para enfraquecer as instituições democráticas do país, perseguiu opositores e buscou maneiras de perpetuar-se no poder. Essas ambiguidades geraram uma grande polarização que perdura até o dia de hoje.

APÓS A MORTE DE CHÁVEZ, NICOLÁS MADURO ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA VENEZUELA.

Sua chegada ao poder ocorreu em paralelo à queda dos preços do petróleo, principal produto de exportação de nossos vizinhos (a Venezuela possui as maiores reservas de petróleo do mundo). Isso levou a um colapso de sua economia, agravado pelo embargo imposto pelos Estados Unidos a partir de 2017. Mas Maduro não deu o braço a torcer: mesmo em meio à maior crise econômica da história venezuelana, mantém-se no poder graças a eleições muito divididas e que, não raro, têm sua legitimidade questionada por observadores internacionais.

Em 2019, a crise política se aprofundou depois que Juan Guaidó, um dos líderes opositores, se autoproclamou presidente interino da Venezuela – e foi reconhecido por países como França, Espanha, Estados Unidos e Brasil. Maduro, que conta com o apoio do exército e de países como Rússia, China e África do Sul, demonstrou-se disposto a utilizar as forças armadas para garantir sua posição.

Mapa: a rota dos REFUGIADOS VENEZUELANOS

Desde 2013, o número de pobres na Venezuela mais que triplicou e ultrapassou os 60%. A escassez de alimentos é tamanha que, em média, a população emagreceu 11 quilos. Para escapar desse cenário tão adverso, mais de 3 milhões de habitantes já deixaram o país. Peru e Colômbia são os principais destinos, mas o Brasil também recebe parte desses refugiados.

Em nosso país, a principal porta de entrada é a cidade de **Pacaraima**, no estado de Roraima. Como a cidade não conta com infraestrutura para receber tanta gente, a fronteira chegou a ser fechada em algumas ocasiões e o trânsito de pessoas foi restrito. No início deste ano, já havia quase 100 mil refugiados venezuelanos vivendo no Brasil.

CHILE
288 mil refugiados

ARGENTINA
120 mil refugiados

EQUADOR
221 mil refugiados

PERU
506 mil refugiados

COLÔMBIA
1,1 milhão refugiados

BRASIL
96 mil refugiados

Os números deste mapa e daquele que você verá na próxima página são fornecidos pelo ACNUR – o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. O órgão é responsável por zelar pela vida de refugiados em todo o globo. Para tanto, recebe doações, traça estratégias de acolhimento e realiza ações nas zonas de crise.

Os refugiados CLIMÁTICOS

Refugiados climáticos, por vezes chamados de refugiados do clima, são pessoas que se veem obrigadas a abandonar suas casas e migrar para outros lugares devido a catástrofes naturais, sejam elas recorrentes (ou seja, que ocorrem de tempos em tempos) ou não.

SÃO VÍTIMAS DE FURACÕES, SECAS, EXCESSO DE CHUVAS E OUTROS ACONTECIMENTOS QUE NÃO PODEM SER CONTROLADOS POR NÓS, SERES HUMANOS.

Ainda que estejam relacionadas a fenômenos um pouco diferentes, as vítimas de terremotos e erupções vulcânicas também podem ser incluídas nessa lista.

A história dos refugiados climáticos é quase tão antiga quanto o **sedentarismo**. Desde que deixamos de ser nômades, a escolha de local para os assentamentos humanos levou em conta critérios climáticos. Locais de frio ou calor extremos, regiões muito secas ou chuvosas e áreas atingidas com frequência por furacões ou atividade vulcânica sempre foram a última opção. Mas algumas populações tiveram que se estabelecer e se adaptar a esses lugares por diferentes motivos. Essas pessoas são

aquelas mais propensas a se tornarem refugiados climáticos. Proporcionalmente, o número de refugiados climáticos vem crescendo no mundo. O aumento da população global explica isso em parte, no entanto não oferece todas as respostas. Na verdade, o aquecimento global e as mudanças climáticas causadas pela ação do homem também estão agravando a situação ao transformarem os ciclos da natureza em várias partes do mundo e tornarem os fenômenos climáticos cada vez mais fortes e imprevisíveis. Assim, a tendência é que o problema cresça continuamente ao longo deste século. Cabe aos cidadãos e líderes de todos os países debaterem o tema e buscarem as melhores formas de lidar com a questão.

#SEDENTARISMO

Característica dos grupos humanos que se estabeleceram em locais fixos e basearam sua sobrevivência na agricultura e na criação de animais. É o oposto do nomadismo, modo de vida dos grupos que se deslocam constantemente e vivem da caça e da coleta.

Riscados ~~DO~~ MAPA

MUITO EM BREVE, O MUNDO DEVERÁ TESTEMUNHAR UMA NOVA CONSEQUÊNCIA NEGATIVA DAS TRANSFORMAÇÕES CLIMÁTICAS: O DESAPARECIMENTO DE PAÍSES INSULARES.

Essas nações, cujo território se limita a ilhas de baixa altitude, correm o risco de serem engolidas caso o nível dos mares suba muito em razão do derretimento das calotas polares. Os exemplos mais drásticos são Kiribati e Tuvalu, ambas localizadas no sul do oceano Pacífico. A previsão é que elas devem desaparecer até o final deste século. Se lidar com alguns grupos de refugiados climáticos já representa um desafio, imagine absorver uma nação inteira com seus

hábitos, língua e cultura! Pensando nisso, seus governantes já vêm buscando aquela que consideram a melhor solução diante de um cenário negativo: comprar terras em outra parte do mundo e levar toda a sua população para lá. Outra política que já vem sendo colocada em prática é conceder bolsas para que seus jovens estudem em outros países e estabeleçam residência por lá, em vez de constituírem família em sua própria terra natal.

Precisamos valorizar e estimular o estudo e a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, e cobrar que governos, empresas e investidores façam o mesmo e apoiem a nossa ciência. E participar desse processo não significa assistir de longe: você nunca pensou em estudar para ser cientista? Biologia, química, sociologia, astronomia... escolha a área que você quiser! Quanto mais longe forem nossos planos, maior será a inovação em nosso país.

Se quisermos alcançar essa meta, nós, brasileiros, precisamos transformar nossa mentalidade.

Mary Robinson

"Tenho certeza de que veremos o clima como fator de deslocamento das pessoas porque estão sofrendo com secas severas, inundações severas. Há estimativas de que em 2050 poderemos ter algo entre 50 milhões a 200 milhões de refugiados do clima. Nem podemos chamá-los de refugiados porque eles não têm esse status. Falamos sobre direitos humanos e sobre problemas do clima, e isso pode ser deprimente. Esses problemas são muito sérios. Acredito que existem duas formas de olhar para isso. Uma é ver o quanto isso é ruim e descrever o quanto isso é ruim. E tudo fica muito negativo, não há energia, não há oxigênio para fazer nada. A outra é ver que a situação é difícil, mas que há pessoas corajosas lutando contra isso e que podemos tentar ajudá-las."



Mary Robinson (1944)

Diplomata irlandesa, líder na área da sustentabilidade. Foi a primeira mulher presidente da Irlanda. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* no ano de 2016.

Catástrofes semelhantes EM PAÍSES DESIGUAIS

Nenhum lugar está imune a catástrofes naturais. Contudo, percebemos que os países mais desenvolvidos estão dotados de estratégias, recursos e infraestrutura para minimizar as consequências dos fenômenos climáticos, enquanto nos países pobres esses danos são potencializados. Vejamos abaixo dois comparativos:

O TERREMOTO NO HAITI

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti sofreu um abalo sísmico gravíssimo; uma semana mais tarde, veio uma segunda onda. Além de não dispor de infraestrutura para lidar com isso, o momento não poderia ter sido pior para este que é o país mais pobre das Américas: afinal, os haitianos enfrentavam as amarguras de uma guerra civil.

Os números são assustadores: mais de 100 mil pessoas morreram na tragédia, outras 250 mil ficaram feridas, e o número de desabrigados chegou a 1 milhão. Como as construções não são adaptadas para terremotos, até mesmo o palácio presidencial desabou. A comunidade internacional se mobilizou — e muito — para arrecadar alimentos e fundos para a reconstrução do país, mas, passados quase dez anos, muito em razão da instabilidade política e da falta de recursos, o Haiti ainda está longe de seu patamar anterior.

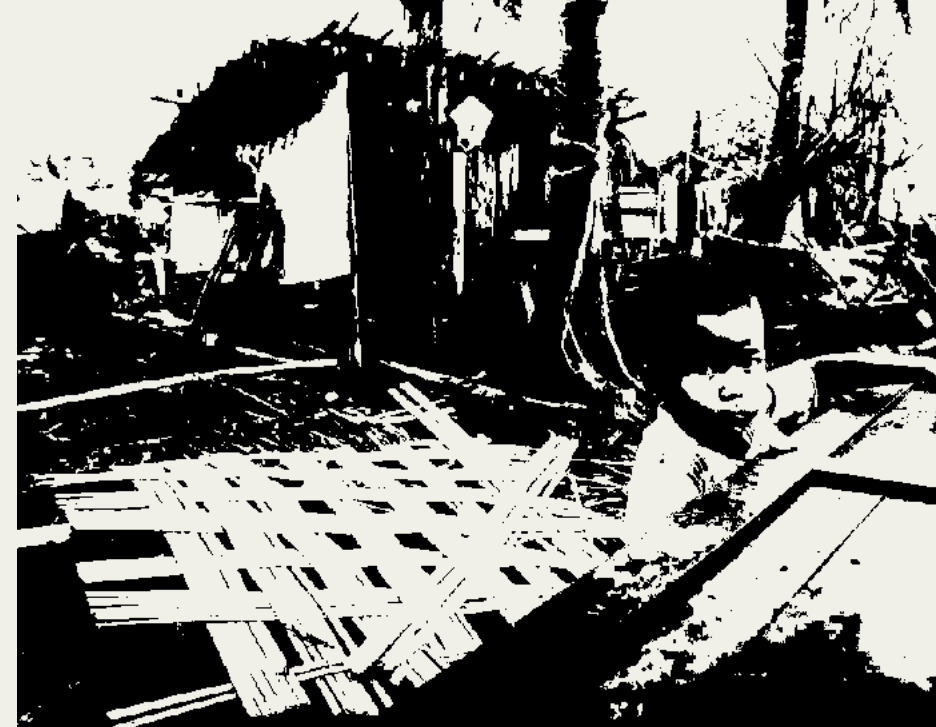


O TERREMOTO NA NOVA ZELÂNDIA

A Nova Zelândia, um dos países mais desenvolvidos do mundo, sofreu um terremoto de magnitude superior ao haitiano em 14 de novembro de 2016. Há uma diferença importante: o epicentro do terremoto foi em uma região bem menos populosa. Mesmo assim, a diferença no número de mortes é gritante: somente duas pessoas foram vítimas do desastre. Os serviços de defesa civil neozelandesas entraram prontamente em ação, fechando diversas rodovias para prevenir que motoristas fossem atingidos por deslizamentos de terra. As principais consequências, portanto, foram a interdição dessas vias (uma delas precisaria ser reconstruída) e a interrupção do fornecimento de água na cidade de Kaikoura por cinco dias. Isso tudo acontece porque a Nova Zelândia é atingida por terremotos com frequência e possui equipes treinadas e procedimentos emergenciais para lidar com eles.

CICLONE EM MIANMAR

Em 2008, o delta do rio Irrawaddy, no Mianmar, uma das áreas mais populosas do mundo (e com baixo índice de desenvolvimento), foi atingida em cheio por um ciclone devastador. Ondas imensas causaram inundações e deixaram um traço de devastação onde proliferaram epidemias; a produção agrícola também foi comprometida, levando à escassez de alimentos. Para piorar, o governo militar do país tardou a aceitar a ajuda internacional, agravando assim a situação das vítimas. O número de mortos variou de 80 a 120 mil, e os prejuízos foram estimados em 10 bilhões de dólares. Estima-se que, entre mortos, feridos e desabrigados, o número de atingidos chegou a 2,5 milhões de pessoas.



CICLONE NA AUSTRÁLIA

Em janeiro de 2010, a Austrália foi atingida por um ciclone severo, mas não houve nenhum registro de morte. Mais uma vez, devemos ter cuidado ao traçar comparações: enquanto o ciclone em Mianmar atingiu uma região de alta densidade populacional, na Austrália ocorreu o inverso. Mas é interessante investigar alguns mecanismos de socorro verificados neste país de primeiro mundo. Na ilha Koolan, por exemplo, atingida em cheio pelos ventos de mais de 120 km/h, havia cerca de 300 empregados na rota do ciclone, mas a maioria foi evacuada antes de sua chegada após um alerta do serviço de meteorologia, que monitora essas tempestades por satélite; os que ficaram foram alocados em abrigos protegidos. De forma semelhante, embarcações foram atingidas na baía de Kuri, mas todas estavam vazias — os 20 moradores do local também buscaram abrigos protegidos a tempo após receberem um alerta. O caso australiano é um dos melhores exemplos de como é possível lidar com questões incontornáveis de forma a minimizar as perdas humanas e materiais.

Retirantes, REFUGIADOS BRASILEIROS?

MUITOS ASSOCIAM O NORDESTE BRASILEIRO APENAS COM A POBREZA E A MISÉRIA.

A percepção é enganosa, por diversos motivos. Devemos lembrar que, durante cerca de dois séculos, toda a economia brasileira baseou-se na indústria canavieira da região. Além disso, a região é rica até hoje em iniciativas sociais e econômicas de sucesso, em áreas tão variadas como o ensino público, o turismo e a preservação ambiental. Por outro lado, também é verdade que os índices de desigualdade dos estados nordestinos são mais elevados que os do resto do País, criando um contraste entre ricos e pobres ainda maior.

Vem daí, em parte, a ideia de que o Nordeste seria uma região pobre. Mas há também outro fenômeno, profundamente arraigado no imaginário popular, que contribui para isso: a seca. Embora seja um fenômeno climático recorrente, a seca do sertão é agravada pela falta de infraestrutura, de políticas de amortização e de inovação econômica. Tanto é que, com o passar dos anos, a área “atingida” cresceu. Com a escassez de água, perecem os animais e as plantações. Assim, muitas pessoas não conseguem manter um nível básico de subsistência. Em paralelo, com a falta generalizada de recursos, as oportunidades de emprego se tornam escassas. Confrontados com essas dificuldades, moradores mais vulneráveis do sertão se veem obrigados a migrar para cidades para garantir a própria

sobrevivência – um movimento muito semelhante ao dos refugiados. Como na definição da ONU, eles também necessitam de proteção para ter seus direitos garantidos, mas não podem ser classificados assim, porque o conceito prevê apenas pessoas que migram de um país para outro.

Assim, surgiu um nome específico para designar esse grupo específico: retirantes da seca. É possível conhecer suas penúrias mais a fundo a partir da produção artística brasileira. Algumas das obras de maior destaque são a famosa canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga, os romances *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, e *O Quinze*, de Rachel de Queiróz, e o livro de poemas *Morte e vida severina*, escrito por João Cabral de Mello Neto, posteriormente musicado por Chico Buarque.

MIGRANTE X REFUGIADO

Todo refugiado é também um migrante (afinal, ele se muda de um lugar para outro), mas nem todo migrante é refugiado. No mundo todo e com frequência cada vez maior, pessoas decidem mudar de cidade por questões afetivas, econômicas ou de vontade individual. Como o caso dos retirantes mostra, nem sempre é fácil traçar uma distinção rígida entre os migrantes e os refugiados. Contudo, há alguns traços que valem para a imensa maioria dos casos.

CONFIRA NO QUADRO ABAIXO:

MIGRANTE

- Escolhe mudar de domicílio, muitas vezes com planejamento
- Não é vítima de qualquer tipo de perseguição
- Mantém seus vínculos com a terra natal, não raro visitando-a com frequência
- Pode mudar de cidade, estado ou país
- Enfrenta dificuldades, mas não tem seus direitos ameaçados
- Costuma ser uma decisão individual ou familiar

REFUGIADO

- É obrigado a mudar de domicílio, muitas vezes às pressas
- É vítima de perseguição política, de guerras ou de catástrofes
- Rompe muitos de seus vínculos com a terra natal, pois muitas vezes não existe a opção de voltar
- Troca necessariamente um país por outro
- Tem seus direitos ameaçados ou diretamente atacados
- Costuma ser um fenômeno de massas, que atinge populações inteiras



Lei de Migração BRASILEIRA

A vinda de imigrantes ao Brasil (e até mesmo de visitantes temporários) é regida pela Lei de Migração de 2017. Ela estabelece os direitos e deveres dos estrangeiros em nosso país, bem como a migração de brasileiros para outros países em caráter temporário ou definitivo.

Até então, essas situações eram regulamentadas pelo Estatuto do Estrangeiro. A ideia de criar uma nova lei

surgiu a partir do desejo de simplificar a vida daqueles que vêm ao nosso país e de corrigir equívocos. Criado durante a ditadura militar brasileira, o Estatuto do Estrangeiro encarava os estrangeiros como inimigos em potencial e ameaças à segurança nacional. É um entendimento ultrapassado, que já não serve no mundo conectado de hoje, em que os deslocamentos se tornaram muito mais comuns.

VEJA ALGUNS DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DA LEI:

A concessão de vistos humanitários (aqueles concedidos a casos específicos de refugiados), que são licenças para entrada em nosso território simplificadas e livres de burocracia. Originalmente, eles eram concedidos somente a sírios e haitianos.

- **Garantia de igualdade aos imigrantes** em relação às pessoas nascidas em território brasileiro, de direitos humanos como o direito à vida e à liberdade, a autorização da compra de terrenos e imóveis e a permissão para concorrer por vagas de trabalho (inclusive em muitos cargos públicos) e a se aposentar.
- **Fim da criminalização da migração.** Em outras palavras, ninguém pode ser preso simplesmente por estar no Brasil, ainda que em situação irregular. Isso não isenta os migrantes de regularizem sua situação, mas dá segurança àqueles que precisam fugir para cá às pressas em razão de guerras ou perseguições.
- **Anistia a todos os migrantes** que já se encontravam no Brasil. Ou seja, aqueles que se encontravam em território brasileiro antes da aprovação da lei, mesmo que de forma ilegal, receberam autorização para regularizar sua situação e permanecerem aqui.
- **Medidas de combate ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação** com o intuito de facilitar a adaptação dos recém-chegados no País.

Os apátridas

Já pensou como seria não ter sua nacionalidade reconhecida por nenhum país?

Isso é bastante raro, mas existe — e geralmente é causado pela discriminação contra minorias em alguns países, que se recusam a reconhecer todos os seus residentes como cidadãos. O mais comum é que isso ocorra logo após processos de independência, quando parte de um país se separa do resto do território, mas também ocorre em outras situações.

Recentemente, a revista *SuperInteressante* publicou uma matéria contando cinco casos do tipo. Há o caso de um ex-cidadão soviético, que morava no Azerbaijão e, com o fim da República Soviética, não foi reconhecido pelo governo azerbaijano por pertencer à etnia armênia (a Armênia tampouco o aceitou). Depois, ele acabou sendo acolhido pelos Estados Unidos. Mas os norte-americanos mudaram de ideia e resolveram deportá-lo... sem ter para onde. Uma variação mais simples do mesmo tema ocorreu com uma menina, filha de libanesa, que nasceu e cresceu no Líbano, mas acabou sem cidadania porque o país não reconhece a transmissão de cidadania de mãe para filha (o pai dela, egípcio, faleceu antes de poder registrá-la em seu próprio país).

Talvez o caso mais famoso seja o de Merhan Nasseri, que viveu na área internacional do aeroporto de Paris

durante 18 anos após ter sido expulso do Irã e não ser acolhido por nenhuma nação europeia. Sua história acabou inspirando o filme *O Terminal*.

As histórias são muitas, mas o drama é o mesmo: dificuldade para obter documentos, impossibilidade de ir à escola, usar o sistema de saúde, arranjar emprego, comprar ou alugar uma casa etc. É muito difícil estimar o número de apátridas no mundo, justamente porque essas pessoas não têm documentos. Mas sabemos que, apenas em 2016, 60.800 apátridas foram abraçados por 31 nacionalidades diferentes. Graças à ação da ACNUR (ver página 19), a Indonésia e as Filipinas reconheceram diversas pessoas que se encontravam em limbos jurídicos.

Nesse ritmo, é possível que muito em breve todas as pessoas do mundo tenham, enfim, um país para chamar de seu.



Muitas origens, A MESMA NAÇÃO...

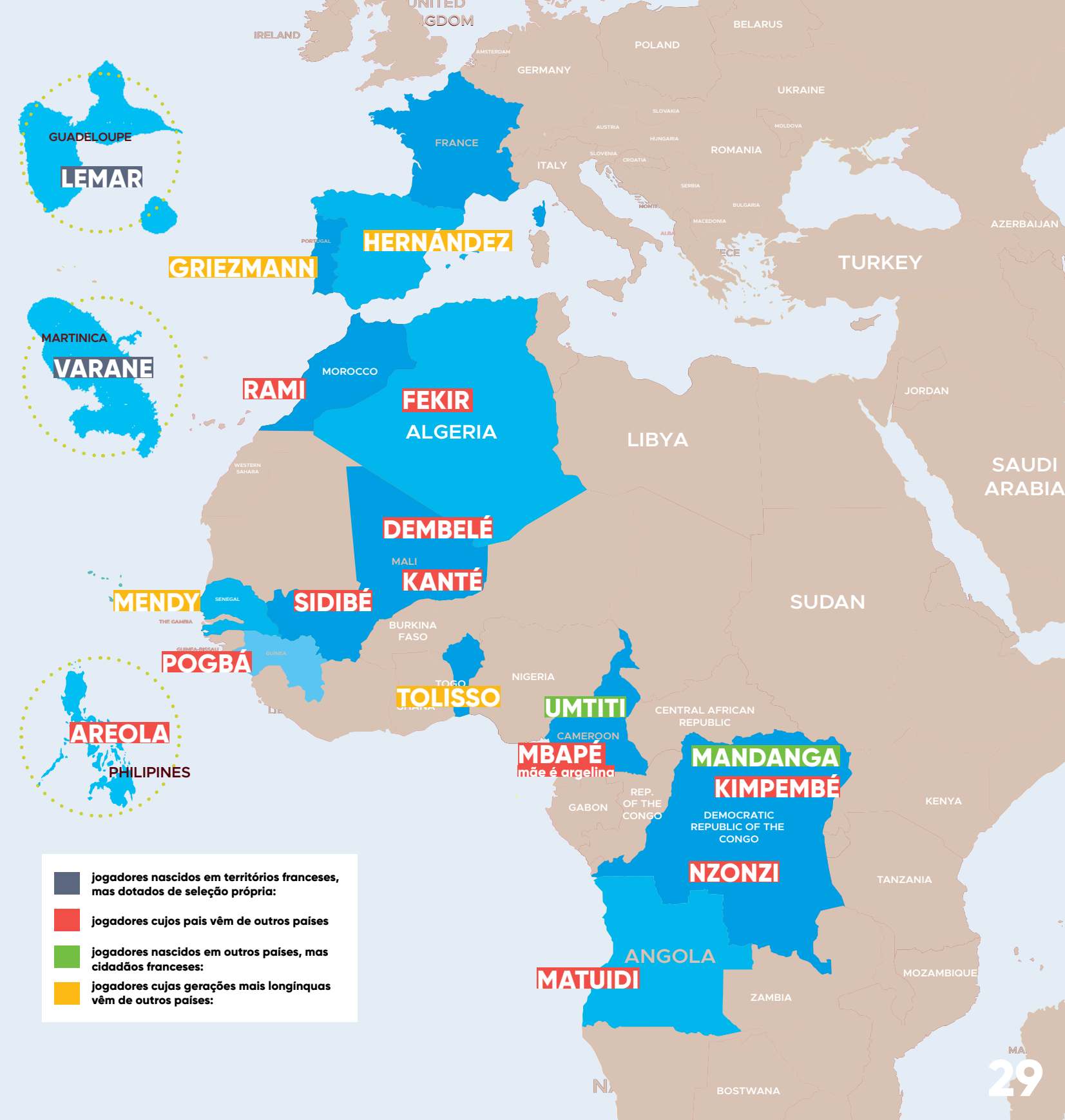
Houve uma época em que o principal elemento de construção das identidades nacionais eram os heróis. Como a maioria deles eram figuras belicosas, como generais e comandantes militares, elas perderam importância ao longo do século XX, conforme valores como respeito, tolerância e cooperação entre os povos ganhavam força. Mas os heróis nunca deixaram de existir. O mais correto seria dizer que eles se transformaram.

Hoje, a maioria dos heróis é de origem pacífica: artistas, cientistas, escritores, grandes líderes, negociadores da paz e, é claro, esportistas.

Afinal, o esporte é uma espécie de embate civilizado que permite uma disputa entre vários países sem que ninguém se machuque, possibilitando que todos se divirtam. Por essa lógica, nada mais natural que uma grande fonte de heróis nas últimas décadas seja o esporte mais popular do mundo: o futebol. Basta pensarmos na importância que Maradona, Pelé ou Zidane têm em seus respectivos países. Mas como esses heróis se relacionam com as nações que defendem? Na Copa do Mundo de 2018, o mundo testemunhou uma nova faceta desse fenômeno. A seleção da França, campeã do torneio, era formada por rostos diversos e múltiplas origens. As famílias dos jogadores provinham de territórios antes dominados pela França, ou de países vizinhos a ela, que se muda-

ram para lá em busca de oportunidades. Quase todos os 23 convocados nasceram em solo francês (há apenas duas exceções), mas, se recuarmos uma geração, veremos que seus pais provêm de 17 diferentes nações.

Quais as consequências disso? A primeira é que não existe uma “cara” de francês: as cores, os traços, tudo é muito diversificado – algo comum para os brasileiros, mas novo para os europeus. A segunda é um novo significado do que significa ser francês (ou de qualquer outra nacionalidade). A origem familiar já não importa tanto quanto o amor a um povo, a uma terra, a uma cultura. A própria relação com as fronteiras muda: ela já não é física, mas uma questão invisível, de história pessoal. Essa nova relação permitiu à França chegar ao ponto mais alto do futebol mundial – e, ao unir os franceses através da celebração, pode ter sido um grande passo rumo à tolerância e para longe da xenofobia.



Anotações

Banco de palavras

fronteiras – limites – nação – território – sociedade – refugiados – apátrias – migrantes – cultura – cooperação
convívio – história – geografia – política – mudanças climáticas – identidade – direitos humanos – segurança
desigualdade – leis – igualdade – justiça social

FRONTEIRAS DO PENSAMENTO ©

GERENTE EXECUTIVA DE INTELIGÊNCIA DE PRODUTO RBS

Patrícia Fraga

GERENTE PLATAFORMA FRONTEIRAS

Karine Battisti

CURADORIA

Fernando Schüler

DIREÇÃO COMERCIAL

Pedro Longhi

FRONTEIRAS EDUCAÇÃO ©

COORDENAÇÃO-GERAL

Francisco de Azeredo

EDIÇÃO

Luciana Thomé

CONCEPÇÃO

Sandra de Deus

Pró-reitora de Extensão da UFRGS

Francisco Marshall

Professor do Departamento de História da UFRGS

CONSULTORA PEDAGÓGICA

Joana Bosak

TEXTOS

Bruno Mattos

Jornalista, tradutor e escritor

CONSULTORA E REVISORA ACADÊMICA DO FASCÍCULO

Michele Marten

Licencianda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com trabalho de conclusão intitulado *A Transcrição das Fronteiras do Ensinar: O Ensino de Geografia sob a ótica da Tradução*, cujo resultado é este fascículo.

PRODUÇÃO E RELACIONAMENTO

Beatriz Gregório, Denise Donicht, Jeane Rodrigues, Juliana Szabluk

Karina Roman, Luís Fabiano Oliveira, Michele Marten

ILUSTRAÇÕES, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Anderson Muniz, Mario Melo – Clemente Design

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Renato Deitos

Agradecimientos

Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

ACCESSE O SITE

www.fronteiras.com

www.fronteiras.com/educacional

Projeto cultural múltiplo e consagrado, o Fronteiras do Pensamento realiza conferências internacionais que servem como plataforma para a criação de vários conteúdos, direcionados a diferentes públicos e desenvolvidos em diferentes formatos. Uma parte significativa deste material está disponível em seu canal digital no endereço www.fronteiras.com.

O **Frenteiras Educação** é o módulo educacional do projeto, e foi idealizado para servir como um espaço de diálogo com os alunos e seus professores. Por meio de fascículos e de aulas especiais, promove bate-papos sobre alguns temas-chave essenciais para compreender o cenário contemporâneo, apresentando as ideias dos convidados internacionais que participam do Fronteiras.

○ **objetivo é debater os paradigmas, os problemas e as possibilidades da sociedade atual**, apontando para avanços no futuro e construindo uma sociedade em que todos tenham sua dignidade reconhecida. **É este o sentido do Fronteiras Educação: oferecer aos jovens os melhores recursos para que possam compreender as questões da atualidade e, a partir delas, construir um mundo mais solidário, tolerante e sustentável.**

Em 2019, o projeto entra em seu nono ano no Rio Grande do Sul e segundo ano em São Paulo, contabilizando nas edições anteriores mais de duas dezenas de fascículos elaborados e **35 mil alunos participantes.**

Você, que faz parte da "Geração Z", é sujeito e protagonista do mundo no século XXI, com amplo acesso a todos os caminhos da informação. Com a internet e os meios digitais, os relacionamentos, o conhecimento e a educação ganharam um novo cenário. Isso potencializa as oportunidades para que você aprenda e aja para melhorar o mundo, do seu ambiente familiar à nação, do seu bairro ao globo conectado.

Somos, basicamente, animais sociais. É no convívio que estabelecemos nossas relações, regras, leis, hábitos e cultura. O que acontece, então, quando somos forçados a deixar nossas casas e nosso país? Mais do que um problema isolado, a trajetória de apátridas, refugiados, perseguidos políticos e vítimas das mudanças climáticas aponta para uma questão que precisa ser debatida mundialmente.

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO



Secretaria de
Cultura e Economia Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

